

**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT/CÍF**

No dia doze do mês de agosto de dois mil e vinte, às onze horas e vinte minutos, pela plataforma Teams, teve início a **32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, srª. Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 32ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados, como detalhado a seguir.

Da lista de presença constam os seguintes participantes: Antônio Carlos (TI Comboios – Cacique Tupiniquim), Douglas da Silva Lemos (TI Tupiniquim – AITG), Arthur Augusto Santos (MPF/Ramboll), Mirian Regini Nuti (MPF/Ramboll), Isabel Cecília Mendes Paredes (MMFDH), Ricardo Burg (Fundação Renova), Eva Gazoni (Fundação Renova - Governança), Geraldo Felipe dos Santos (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Klenio V. da Costa (Assessoria Técnica Rosa Fortini), Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova), Simony Silva de Jesus (CRQ Degredo), Nelson Pedroso Jr. (MPF/FGV), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP), Lígia Moreira de Almeida (Ministério da Economia), Hermes Brito de Oliveira (FUNAI), Carla Moura (Fundação Renova), Vinicius Benites Alves (Fundação Renova), Maria Izabel Faria (E&Y), Antônio Áureo do Carmo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce), Carla Paiva (SEDESE/MG), Miriam Santos (FLACSO), Claudia Laureth (FLACSO), Tell Vitor Furtado (DASI/SESAI/MS), Emília Brito (IEMA); Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão CRQ Degredo), Gabriela Prado (Fundação Renova), Caroline Marci Fagunde Coutinho (Fundação Renova), Andrea Valentim (FGV); Monica Pazinato (Comissão CRQ Degredo), Luciana Andrade (ASPERQD), Jean Craveiro (ASPERQD), Pedro Bigolim (ASPERQD), Sérgio do Carmo (Comissão dos atingidos de Barra Longa), Francisco Phelipe (AEDAS), Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo); Nathali Germano (FUNAI); Jaqueline Francischetti (SESAI), Rafael Ferreira (DSEI), Aline Monteiro (DSEI), Mariana d'Orey Bragança (LACTEC/MPF); Juliana Bedoya (Fundação Renova); Paula Cambraia (Fundação Renova), Rita de Cássia Alvarenga (SETADES-ES)

<b>I. PAUTA GERAL</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1. Apresentação dos participantes, seguida de leitura e aprovação da Ata da 31ª RO da CT-IPCT;</b>	A coordenação informou que não recebeu considerações da Fundação Renova à Minuta de ata. Registrou que os representantes da FGV fizeram observações relevantes que foram consideradas e acrescidas na ata. Assim, remeterá a versão corrigida para conhecimento e considerações da Fundação Renova e a ata retornará para aprovação na 33ª RO.
<b>Encaminhamento E32.1</b>	<b>A coordenação deverá enviar a nova versão da Ata da 31ª RO da CT-IPCT para manifestações da Fundação Renova. Registro que a Fundação Renova deverá apresentar as considerações até dia 18/08/2020.</b>
<b>2. Execução dos encaminhamentos da 31ª RO da CT-IPCT de 2020;</b>	Tiago Cantalice sugeriu que junto com as considerações da ata da 31ª RO da CT-IPCT, a Fundação Renova respondesse os encaminhamentos que não tiveram retorno.
<b>Encaminhamento E32.2</b>	<b>A Fundação Renova deverá responder os encaminhamentos da 31ª RO que ficaram pendentes de devolutiva. Prazo 18/08/2020.</b>
<b>3. Agenda de reuniões e fatos relevantes de julho/2020 (pós das medidas de isolamento social);</b>	Vinicius Benites apresentou o tema proposto. Tiago Cantalice ponderou que sobre o SAAE, seria necessário que as premissas técnicas fossem enviadas à CT, pois até aquele momento, não haviam sido recebidas. Sobre a reunião que seria realizada com a ASPERQD, o SAAE registrou a necessidade de aviso prévio da agenda. Carla Moura informou que receberam o ofício no dia 29/07 e que conseguiram viabilizar a reunião que ocorreu no dia anterior com a presença da ASPERQD. Ponderou que a memória da reunião estava sendo finalizada e seria enviada à CT via ofício.

	<p>Tiago Cantalice registrou a importância de comunicação das agendas para que pudessem acompanhar as reuniões.</p> <p>Ricardo Burg considerou que havia questões técnicas mais amplas e mais específicas. A dúvida era que se envolvesse todos os atores e que as reuniões poderiam ser mais longas. Ao final, questionou se a CT teria que estar presente em todas as reuniões.</p> <p>Tiago Cantalice disse dependeria do caso, mas que o ator que ficou de fora foi a CT-IPCT. Houve manifestação dos membros, reafirmando a necessidade de comunicação à CT sobre as agendas nos territórios. A discussão se prolongou.</p> <p>Vinicius Benites esclareceu que a intenção foi de trazer uma agenda propositiva para que se pudesse organizar as próximas reuniões.</p> <p>Naiara Campos informou que de toda forma, manteria a CT informada e que a reunião técnica para tratar sobre os esclarecimentos estava alinhada.</p> <p>Carla Moura reforçou que a reunião foi para tratar sobre o parecer e que na ata isso estaria descrito, incluindo algumas premissas técnicas.</p>
<p><b>4. Apresentação da nova Coordenação do PG04 (Fundação Reova);</b></p>	<p>Naiara Campos se apresentou e informou que seria a nova coordenadora do Programa que cuida dos PCTs. Registrou que faria o acompanhamento do PBAQ e demais ações do PG 04.</p> <p>Tiago Cantalice destacou que além dos quilombolas, estariam incluídos os faiscadores e os garimpeiros tradicionais e que esses grupos teriam ações efetivas, não se limitando às ações na CRQ de Degredo e que possibilitasse implementar o diálogo com as assessorias técnicas, que assistiam os faiscadores e garimpeiros tradicionais.</p> <p>A discussão apontou a necessidade de retomada do diálogo com as comissões de atingidos dos territórios dos faiscadores e garimpeiros tradicionais.</p>
<p><b>5. Apresentação dos relatórios trimestrais PG 03 e 04 (mar/abr/mai) – destaque para as modificações de estrutura decorrentes dos acordos estabelecidos no GT (FR);</b></p> <p><b>6. Compartilhamento das discussões e acordos estabelecidos pelo GT - Relatórios Trimestrais quanto aos indicadores – reunião de 05/08 (CT-IPCT);</b></p>	<p>Carla Moura apresentou o tema proposto e informou ter feito algumas inserções, considerando os apontamentos da última reunião (versão atualizada).</p> <p>Miriam Nutti indicou que fosse inserida a referência do período que estava sendo analisada. A representante da Fundação Renova informou que tinha feito a alteração na interface.</p> <p>Tiago Cantalice solicitou maiores detalhes sobre o item 2.1.1 que se referia à realização de oficinas, mas não indicava quais seriam.</p> <p>Carla Moura ponderou que não saberia informar qual reunião que foi realizada. Informou que essa reunião era prevista, mas que na tabela havia um item de ações não realizadas.</p> <p>Tiago Cantalice informou que foram identificadas incoerências em alguns dados inseridos nos relatórios e que as considerações da CT seriam enviadas para a Fundação Renova.</p> <p>Sobre o orçamento, Carla Moura informou que o texto seria o que foi apresentado e que no próximo, já constariam os ajustes solicitados.</p> <p><u>Miriam Nutti destacou que, em reunião, foi discutida a apresentação do orçamento vigente, e ainda que estivesse sendo revisado, os itens de custo sendo compensatórios ou reparatórios deveriam ser apresentados em setembro, pois era um ponto muito importante.</u></p> <p><u>Ricardo Burg informou que a entrega do orçamento não iria passar de setembro.</u></p> <p>Miriam Nutti destacou que seria importante que houvesse um ponto de referência, se estava sendo atendido ou não, para que a CT-IPCT pusesse ter o entendimento claro do que estava ocorrendo.</p> <p>Carla Moura destacou que os indicadores de progresso seriam apresentados para as ações estruturantes e emergenciais e que já no próximo relatório estaria mais detalhado.</p> <p><u>Miriam Nutti registrou que não foram apresentados indicadores de auxílio financeiro e nem de progresso de fornecimento de água no PG 03. O representante da FCP ressaltou que havia uma defasagem sobre o</u></p>

	<p>fornecimento de água, pois para o auxílio financeiro, seriam apresentados dados de uma quantidade de famílias diferente das que recebem água.</p> <p>Jorge Luiz destacou que a entrega de água era uma questão emergencial.</p> <p><u>Luciana Andrade destacou que os dados do PMQACH eram precários, sendo inclusive tratados na CT-Saúde e que apesar de ter tido uma série de análises, não havia informações concisas.</u></p> <p>Sobre o PBAQ, Carla Moura informou que poderiam inserir que todas as etapas deveriam constar como estruturantes. Destacou que o avanço físico foi para o final, passando a ser o item 5 do relatório.</p> <p>Tiago Cantalice informou que seria encaminhado, por ofício, as informações pontuais ou sensíveis à Fundação Renova, até 28/08. Vinicius Benites solicitou que as informações fossem enviadas o quanto antes, devido à entrega do relatório trimestral, que estava previsto para 20/09.</p> <p>O representante da FCP informou que tentaria enviar antes.</p>
<b>Encaminhamento E32.3</b>	<b>A Fundação Renova deverá inserir como anexo ao relatório trimestral o link dos dados do PMQACH.</b>
<b>Encaminhamento E32.4</b>	<b>A coordenação deverá solicitar a CT-Saúde, por meio de ofício, o envio dos dados do PMQACH. Prazo 28/08.</b>
<b>Encaminhamento E32.5</b>	<b>A coordenação da CT-IPCT deverá formalizar por ofício as informações pontuais e/ou sensíveis. Prazo: 28/08.</b>
<b>Encaminhamento E32.6</b>	<b>A Fundação Renova deverá preencher o item orçamento no próximo relatório trimestral.</b>
<b>7. Breve apresentação do DESPACHO n. 00242/2020/NMAF/SAP/PF MG/PGF/AGU, do IAJ/CIF (CT-IPCT);</b>	<p>Tiago Cantalice fez leitura do despacho do IAJ que tratava de questionamentos direcionados à continuidade de debates, mesmo considerando a judicialização de alguns pontos, destacando alguns pontos da conclusão do documento. Destacou que a Fundação Renova não poderia se furtar a discussão de temas judicializados.</p> <p><u>Gabriel Moura ponderou que o referido documento estaria mais genérico e que a gerência do programa não havia se negado a dialogar, mas que não havia como inserir algumas ações, pois a qualquer momento poderia ocorrer a suspensão das ações pelo juiz, impedindo assim, o avanço na política dos faiscadores, mas que se manteria aberto ao diálogo.</u></p> <p>Jorge Luiz destacou que havia manifestação da comunidade indígena que não foi encaminhada nem à CT e nem à FUNAI, e que a Fundação Renova não poderia avançar nas negociações de indenização seguindo a mesma argumentação dos faiscadores. Na sequência, questionou se, com base no parecer do IAJ, a FR poderia seguir os diálogos e se seria pontuado caso a caso. Gabriela Prado informou que eram dois casos: a posição da FUNAI e a posição da CT. Quanto às conversações com a FGV, foi tratado que a FR não participaria naquele momento.</p> <p>A discussão se prolongou e Tiago Cantalice sugeriu consultar o IAJ sobre esse tema.</p>
<b>8. Informes sobre a 46ª RO do CIF (CT-IPCT);</b>	<p>Lígia Moreira fez breve relato sobre a 46ª RO do CIF.</p> <p>Sobre a comunicação da CT (do acordo realizado com a Fundação Renova para que a revisão dos programas 03 e 04), informou que seria finalizada somente após a etapa de consulta e validação nos territórios. Ponderou que o presidente do CIF registrou que a FR seria notificada, independente do acordo feito com a CT e que a notificação seria por programa. Quando chegasse a notificação por descumprimento da entrega dos PGs 03 e 04, a CT se manifestaria.</p> <p>Eva Gazoni ponderou que havia programas sobre os quais não foi apresentada proposta de revisão, e que, a multa nesses casos procederia, mas que no caso dos PGs 03 e 04, não achava justo que tenham que pagar multa, pois foi tratado em RO que a CT-IPCT faria a comunicação do acordo ao CIF.</p> <p>A coordenadora disse que iria verificar com a Secretária Executiva da SECEX/CIF, Moara Menta, e que traria a resposta. Frisou que concordava que não houvesse multa.</p>

**Encaminhamento E32.7**

**A coordenação deverá comunicar a SECEX e o IAJ, por ofício, o acordo de dilação de prazo para cumprimento das etapas da revisão dos programas 03 e 04. Prazo 24/08**

Às treze horas e vinte e cinco minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às dezesseis horas e trinta minutos.

<b>II – PAUTA QUILOMBOLA</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>9. Considerações da Renova sobre o PBAQ Detalhado;</b></p> <p><b>11. Avaliação quanto à realização de consulta virtual sobre o PBAQ Detalhado;</b></p>	<p>Thiago registrou que a apresentação deveria ser uma resposta da Fundação Renova ao envio do Ofício nº1095, referente a NT 07/FCP.</p> <p>Naiara Campos apresentou o tema proposto. Informou que não havia grandes divergências e que seria necessário o amadurecimento para viabilidade de alguns programas, e que para ser propositivo foram elencados 06 programas divididos por eixos: Eixo 1. Cultura, Identidade e Território; <b>(i)</b> PGR01. Documentação de referências culturais; <b>(ii)</b> PGR02. Incentivo às práticas culturais do Degredo; Eixo 3. Saúde e Educação: <b>(iii)</b> PGR10. Publicação do Livro de Medicina do Finado Atalino.</p> <p><u>Destacou que esses três primeiros programas poderiam ser realizados por meio de um Termo de Referências e que poderiam iniciar ainda em 2020.</u></p> <p>Eixo 5. Gestão Territorial e Processos Integrado: <b>(iv)</b> PGR17. Capacitação de Lideranças; <b>(v)</b> PGR18. Monitoramento e Gestão das Ações do PBAQ; <b>(vi)</b> PGR19. Diálogo, Participação e Controle Social.</p> <p>Destacou que no caso desses programas, seria possível alinhar com a comunidade do Degredo para saber quais seriam as prioridades. Informou que aguardaria a consulta com a comunidade para que pudesse dar seguimento. Informou que já havia verificado com o conselho curador, por conta do orçamento.</p> <p>A representante da Fundação Renova informou, ainda, que a previsão seria de que os 06 programas se iniciariam ainda em 2020. Ponderou que na reunião do dia 13/09 tentaria fechar e validar a consulta on-line para execução em setembro.</p> <p><u>Tiago Cantalice reforçou que concordava que a parte mais burocrática fosse adiantada e seria fundamental para economizar tempo, mas que a NT não faz apenas esse apontamento, e trouxe ponderações referente a NT07/2020.</u></p> <p><u>Destacou que já tinha conhecimento sobre a posição da FR, mas que já eram programas aprovados e deliberados pelo CIF e o que estava sendo feito naquele momento era o detalhamento do plano de ação, pois os programas não eram mais alvo de questionamento.</u></p> <p>Sobre o ponto referente ao GAISMA, foi informado que estava judicializado, mas que o IAJ colocou o entendimento que não havia decisão judicial, pois, os estudos não tinham sido finalizados e que a discussão poderia continuar.</p> <p>Juliana Bedoya informou que estava interrompida porque existia uma discussão em nível jurídico superior e as questões que estavam judicializadas não eram mais deliberadas pelo CIF, e que deveriam aguardar decisão judicial, o que vinha ocorrendo em outros programas.</p> <p>Tiago Cantalice reforçou que as discussões poderiam acontecer, mas Juliana Bedoya informou que a execução estava paralisada por decisão judicial e que a FR não poderia descumprir.</p> <p>Questionada se havia previsão para retomada, Juliana Bedoya informou que não, que foi decidido pela paralisação dos estudos envolvendo saúde e meio ambiente.</p> <p>Tiago Cantalice ponderou que o entendimento de paralisação era dos estudos e não da discussão.</p>

	<p>A representante da Fundação Renova reforçou que houve determinação de interrupção e não poderiam descumprir a decisão judicial e que seria retomado após o despacho judicial.</p> <p>Tiago Cantalice destacou que a discussão era um fator importante para o PBAQ.</p> <p>Sobre a retomada da agricultura familiar, Naiara Campos informou que essa ação era executada por outra área da FR e que de fato a fase não ficou concluída.</p> <p>O representante da FCP questionou qual CRQ do Recôncavo que seria utilizada como base para a questão do intercâmbio cultural.</p> <p>A representante da FR informou que não saberia informar, mas que provavelmente estaria no PBAQ detalhado, e daria um retorno sobre qual seria a CRQ, assim como o cronograma.</p> <p>Sobre a forma que seria realizada a comunicação virtual para a CRQ, houve questionamento se seria aproveitado o que existia na própria comunidade.</p> <p>Naiara Campos disse que iria checar quais seriam os canais que já existiam e que poderiam ser aproveitados.</p> <p>Sobre a reunião que aconteceria no dia 13/08, houve registro de consideração de alguns pontos: (i) quantos participantes estavam sendo pensados, tendo em vista os órgãos de saúde; (ii) quem seriam esses participantes, (iii) onde seria o local, a segurança de manter a rede; (iv) considerar o tempo de acesso prévio (o mínimo de dias para acesso é de 15 dias) distribuído em versão integral e resumida.</p> <p>Naiara Campos informou que seria apresentada a proposta pela H&amp;P, mas já estaria considerando os troncos familiares e que estavam sendo contratados 13 representantes dos troncos familiares (chamados de técnicos comunitários que seriam capacitados para fazer a consulta junto às famílias);</p> <p>Quanto a rede, a ideia seria um app que registraria off-line. A H&amp;P apresentaria para a comissão e ATI essa proposta e também um fórum on-line, na tentativa de evitar aglomeração.</p> <p>Pedro Bigolin informou que o que havia nos quadros da ATI, eram 8 mobilizadores e que a FR contrataria 5 técnicos e que a intenção era trabalhar com mobilizadores.</p>
<p><b>Encaminhamento E32.8</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá enviar a apresentação da H&amp;P que será usada na reunião do dia 19/08. Posteriormente, deverá enviar o registro de Ata da referida reunião.</b></p>
<p><b>Encaminhamento E32.9</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá enviar a memória da reunião ocorrida em 11/08/20 com o SAAE e os laudos de análise de água. Prazo 14/08.</b></p>
	<p>Juliana Bedoya apresentou o tema proposto. Informou que os estudos já haviam sido protocolados e que todos seriam enviados para conhecimento da CT. Ponderou que os laudos apresentados não indicavam que as alterações nas amostras não teriam relação com o desastre e que o pagamento seria realizado de forma compensatória.</p> <p>Tiago Cantalice ressaltou que foram utilizados como base 12 estudos e que não havia o da Phylsia e que a CT-IPCT não teve acesso a nenhum deles, e que esse acesso seria necessário. Informou que havia estudos que eram específicos para Degredo.</p> <p>Juliana Bedoya ponderou que alguns estudos eram de proposição da FR e que havia outros estudos que eram realizados por outras CTs. Informou que foi feito um compilado do que se tinha de dados sobre aquela região, visando a reparação, entendimento do problema, com documentos agregados;</p> <p>Emilia Brito, que na apresentação citou que o rejeito foi mais para o sul, mas que o estudo foi mais utilizado no P4, que já estava em âmbito judicial, demonstrou que já estava no mar de Degredo. O estudo inicial foi o pico e diante disso, foi elaborado uma NT, que teve impacto e que seria importante solicitar os documentos à CT-Rejeitos.</p>

<p><b>10. Apresentação e discussão sobre os Estudos Ambientais Complementares;</b></p>	<p>Dandara Cabral ressaltou que não era a quantidade de rejeitos e sim, que havia rejeitos e que deveria conhecer outros estudos como o do Lactec, destacando que era importante que fosse trazido um embasamento melhor.</p> <p>Juliana Bedoya considerou que eram duas coisas diferentes, mas seria necessário que se tivesse conhecimento sobre os estudos.</p> <p>Monica Pazinato informou que leu os estudos, mas que apesar de não ter conhecimento técnico não viu no papel o que foi realizado em campo, dando como exemplo, os dois poços nos quais ela fez o acompanhamento. Registrou que havia um estudo do ICMBio e que encaminharia para a Fundação Renova.</p> <p>Tiago Cantalice propôs como encaminhamento: aguardar os estudos base junto com eles e que fosse localizado o estudo complementar ambiental de 2019, para que se tivesse reunido um conjunto de estudos ambientais sobre esse território e propôs a realização de uma reunião intercâmaras com a CT-Rejeitos e CT-Saúde para depois voltarem a dialogar com a FR, com melhor embasamento.</p> <p>Dandara Cabral apresentou um estudo do Lactec que indicava que a qualidade da água do poço de Degredo estava intimamente ligada ao solo poroso e gostaria que fosse acrescentado nos estudos da Fundação Renova, pois ficou claro que esse estudo não havia sido considerado. Questionada se a apresentação era referente aos estudos da “Razão”, Carla Moura informou que era sobre o estudo ambiental complementar que foi enviado no dia 21 de julho para a CT-IPCT.</p>
<p><b>Encaminhamento E32.10</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá encaminhar os Estudos que serviram de base para os estudos complementares de Degredo. Prazo 14/08.</b></p>
<p><b>Encaminhamento E32.11</b></p>	<p><b>A coordenação irá articular reunião intercâmaras com a participação da CT-GRSA e CT-Saúde para discussão dos Estudos Ambientais Complementares.</b></p>

**A reunião se encerrou às dezenove horas e onze minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte.**

No dia treze de agosto de dois mil e vinte, às onze horas e vinte minutos, pela plataforma virtual Teams, foi retomada a segunda parte da **32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, instituído no âmbito do TTAC e do TAC-Gov, referentes ao desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora da CT-IPCT, sr<sup>a</sup> Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e reiniciou os trabalhos, como detalhado a seguir.

<p><b>II – PAUTA FAISCADORES/GARIMPEIROS</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p><b>12. Reconhecimento dos Garimpeiros e pescadores como atingidos, indenizações e reparação;</b></p>	<p>Gabriel Moura informou que a discussão estava em andamento, e que se tratava de uma consultoria independente e a questão da indenização estava parada, pois encontra-se na 12<sup>o</sup> vara.</p> <p>Klenio Costa questionou se os 90 dias seriam uma nova prorrogação dos estudos do FUNDEP e Gabriel Moura confirmou que sim. Klenio Costa questionou se valeria a pena trazer a discussão sobre os pequenos projetos, pois não houve avanço em nenhuma agenda nesse sentido, se poderia haver um acordo via CT.</p> <p>Vinicius Benites informou que de fato não conseguiu avançar nessa temática com a AT. Em relação ao projeto de sementes do Rio Doce, disse que houve um período aberto para inscrição de novos grupos, e que esse período fechou devido a pandemia, mas o objetivo seria identificar outros grupos e que após a pandemia, iniciaria um diálogo com esses novos grupos, informou que seria possível a retomada e que iria repassar para a nova coordenadora do PG04.</p>

	<p>Klenio Costa registrou que poderia fazer uma agenda e inclusive apresentar à nova coordenadora do PG04 os segmentos para que se tivesse um estreitamento.</p> <p>Vinicius Benites informou que essa rede era de responsabilidade do PG 27 e que seria necessário verificar qual era a linha para que se pudesse saber a forma de atuação.</p>
<b>Encaminhamento E32.12</b>	<b>A Fundação Renova deverá realizar reunião inicial a ser definido entre os dias 20 de agosto (tarde) ou 25 de agosto (tarde) para discussão da temática.</b>
<b>13. Atualização sobre os Termos de Referência I e II;</b>	<p>Gabriel Moura informou que o cenário era o mesmo que não houve nenhuma modificação.</p> <p>Viviane Aguiar reforçou que o tema estava judicializado e que estava aguardando uma definição da 12ª Vara.</p> <p>Klenio Costa informou que não ficou claro sobre os encaminhamentos dos 70 atingidos que ficaram de fora, e que já havia sido discutido na reunião da CT, que a estratégia utilizada não era efetiva, uma vez que esses atingidos estavam em sua maioria em zona rural. Destacou que a AT avançou por meio da mediação do ouvidor. Reiterou que sobre a pendência agro, estava parada há um ano e que a judicialização não era um fator que deveria ser levado em consideração, uma vez que 57 atingidos permaneciam sem resposta.</p> <p>Tiago Cantalice informou que o que causou estranheza, foi que desde o início havia um conjunto de pessoas que aguardavam avaliação da Fundação Renova, só que aquele caso, era vinculado à 12ª vara.</p> <p>Gabriel Moura informou que a questão da judicialização estava mais vinculada a deliberação 300.</p> <p>Questionado como foi tratado internamente o caso das as 57 pessoas que não receberam respostas, Gabriel Moura disse que o que sabia, era que foi finalizado, mas não poderia afirmar, pois o assunto era tratado por outra área interna da FR.</p> <p>Questionada sobre os outros 121 atingidos, Viviane Aguiar informou que atuou por mais de uma vez e que confirmaria mais uma vez para identificar e que na realidade seriam 117 atingidos.</p> <p>Klenio Costa informou que não conseguia relacionar se essas que estavam pendentes seriam desses 117, mas que a AT se disponibilizaria a auxiliar nesse processo.</p> <p>Viviane Aguiar informou que iria encaminhar internamente para que pudesse fazer o contato com a AT para essa nova tentativa.</p> <p>Mirian Nutti informou que esse documento será formalizado com o histórico e que havia solicitações anteriores, as quais não foram atendidas.</p> <p>Tiago Cantalice sugeriu que a Rosa Fortini enviasse para a Fundação Renova um Ofício, se colocando à disposição para auxiliar na identificação das pessoas que estavam sem cadastro.</p>
<b>Encaminhamento E32.13</b>	<b>A AT Rosa Fortini deverá enviar para a Fundação Renova um ofício se colocando à disposição para auxiliar na identificação das pessoas que estão sem cadastro (deverão estar inclusos a CT-IPCT e Naiara FR). Prazo: 21/08.</b>

Às treze horas e trinta minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às dezesseis horas e vinte minutos.

<b>IV – PAUTA INDÍGENA</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>14. Informes gerais (Krenak e Tupiniquim e Guarani):</b>	Vinicius Benites apresentou o tema proposto. <b>(i)</b> Informou que, quanto aos Krenak, foi avisado sobre a necessidade de trocarem a empresa prestadora do serviço de manutenção de vias desde dezembro, devido a finalização do contrato. No caso, seria contratada uma empresa intermediária, até que

<p><b>i) eventuais articulações da Fundação Renova para ações nos territórios;</b></p> <p><b>ii) atualização sobre a contratação das assessorias técnicas (Krenak e Tupiniquim e Guarani);</b></p>	<p>saísse a contratação de uma empresa por meio de concorrência. Destacou que o diálogo estabelecido com a Tupiniquim e Guarani foi muito proveitoso no desenrolar de algumas ações, conseguindo desenvolver os acordos do auxílio emergencial e informou que ocorreriam mais uma série de reuniões. <b>(ii)</b> Destacou que a contratação da ADAI estava em tramitação na 12ª Vara Federal por se encontrar em vários territórios.</p>
<p><b>15. Informe sobre Reunião Intercâmaras do dia 16.07.2020 e situação atual do fornecimento de água às famílias da TI Comboios e do sistema de abastecimento;</b></p>	<p>Vinicius Benites apresentou o tema proposto. Sobre o sistema de abastecimento informou que estava no projeto conceitual de Comboios. Disse que o abastecimento estava contido, mas se fazia necessário dar continuidade à discussão técnica sobre o tema.</p> <p>Nathali Santos informou que recebeu o projeto conceitual e que a técnica da FUNAI repassou a análise realizada.</p> <p>Jovana Moreira informou que recebeu o projeto elaborado pelo DSEI e que foram pontuadas algumas questões. Ponderou que concordava com algumas informações da FR e questionou se esse projeto conceitual tinha sido realizado em cima de placas.</p> <p>Gabriela Prado informou que por se tratar de responsabilidade da FR, o projeto tinha sido avaliado sobre o que foi recebido do DSEI e considerou necessária a realização de uma reunião para tratar especificamente sobre o tema para alinhamento das premissas, visando a continuidade em outros pontos, enquanto se encontrasse ainda no contexto da pandemia.</p> <p><u>A discussão indicou a necessidade da FR compartilhar o material que recebeu do DSEI.</u></p> <p>Jorge Luiz solicitou que o diálogo técnico não se alongasse, e informou que o DSEI manifestou disponibilidade para uma conversa na semana do dia 17/08, para um alinhamento inicial.</p> <p>Mirian Nutti questionou como pensavam em manter o diálogo se estavam recebendo as contribuições das outras CTs, mas que a NT permanecia a mesma. Em resposta Gabriel Moura sugeriu uma agenda intercâmaras, ou ainda, aguardar o recebimento da NT, mas o mais viável seria realizar a intercâmaras para o debate técnico.</p> <p>Miriam Nutti informou que até o dia 20/08, teria a contribuição das outras CTs e estaria pronta para ir para o CIF, mas que o diálogo poderia ocorrer antes. Destacou preocupação com a manutenção do abastecimento de água.</p> <p>Gabriel Moura informou que não haveria problema em aguardar a NT, fazer a análise e marcar para outra intercâmaras.</p> <p><u>Cacique Toninho disse que no entender das TIs, não estava havendo um diálogo sobre o abastecimento de água entre a FR e o DSEI. Questionou qual seria o argumento para o território indígena, sobre o rompimento do contrato com a Polifônicas, sem ter feito o contato com os indígenas sobre essa mudança e registrou que os indígenas teriam que tomar uma posição. Pergunto a razão pela qual se questionava o trabalho realizado pela ADAE.</u></p> <p>Gabriel Moura informou que a Polifônicas foi contratada para a elaboração do ECI e quando houve a informação de que não haveria previsão de implementação do ECI, foi necessário a suspensão, e que só poderiam contratar uma empresa quando finalizasse o contexto da pandemia, que esse processo passaria pela participação e aprovação dos indígenas e que independente da empresa, seria utilizado como referência o ECI.</p> <p><u>André Sucupira destacou a fala do Cacique Toninho, e que desde a pandemia a FR se utilizava disso para não dar andamento às ações, mas que era necessário fazer a distinção e realizar o trabalho.</u></p> <p>Gabriel Moura disse que algumas reuniões estavam começando a ocorrer e estavam em processo de adequação para darem celeridade aos processos. Sugeriu que os atores pudessem iniciar a construção do protocolo de como a FR deveria atuar no território, pois havia ações que deveriam ocorrer no território.</p>

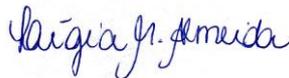
	<p>Mirian Nutti reforçou que foram enviadas diversas solicitações pelos indígenas à FR.</p> <p>Paula Cambraia informou que foi disponibilizado R\$120 milhões para ajudar no combate da pandemia e, desse valor, foi feita uma média para a distribuição do recurso. Os Estudos deliberaram pela forma em que esses recursos seriam utilizados: no estado de MG, para compra de respiradores e no ES, para equipar os leitos.</p> <p>Ressaltou que houve a solicitação de vários municípios de equipamento de proteção e a Renova chegou a ver se havia a possibilidade de compra com esse consumo, mas não houve, porque não havia relação com o rompimento da barragem.</p> <p>Logo após, foi liberado outro recurso (R\$ 150 milhões) para criação do eixo prioritário 11, no qual definia que era utilizado para ações estruturais da saúde. Desse segundo recurso o juiz deixou claro que, quem iria decidir pela utilização do recurso seriam os gestores municipais, mas somente para ações estruturais, não podendo ocorrer para ações de consumo.</p> <p>Informou que havia uma sala de crise da Covid para monitoramento nas regiões atingidas, para que quando possível, fosse feito um retorno para os setores responsáveis.</p> <p><u>Mirian Nutti ponderou que a questão indígena não estava na saúde dos municípios e que enquanto não ficasse claro isso, não havia como dar continuidade e que naquele momento, não havia nenhuma ação nas terras indígenas. Reforçou que não adiantava informar que tinha uma abrangência municipal, porque não atingia aos indígenas e que enquanto não chegasse em patamar em comum, não iriam chegar nas TIs, sendo necessário achar outro caminho.</u></p> <p>Paula Cambraia informou que no programa de saúde havia dois subprogramas; um deles era a realização de estudos e o outro o fortalecimento do SUS, e que, isso estava posto no TTAC, que norteia as ações da Fundação.</p> <p>Registrou que no final daquele mês, seriam entregues os estudos de avaliação de risco de Linhares e que estes que seriam utilizados para os estudos epidemiológicos da FAPEMIG, que trará as ações necessárias, e que o ECI não trazia embasamento técnico para a saúde indígena.</p> <p>Cacique Toninho solicitou que houvesse mais participação dos indígenas nas decisões.</p> <p><u>Mirian Nutti sugeriu que a área responsável pela saúde respondesse todas as solicitações de saúde indígenas, já que os estudos de risco tratavam da saúde indígena.</u></p> <p>Jorge Luiz destacou que foi a própria FR que apresentou uma ação de saúde que não atendia aos indígenas, o que não foi acatado pelos indígenas e que não houve uma nova proposta da Fundação. Informou que seria necessário um plano próprio para a saúde indígena que não estivesse, necessariamente vinculado ao PBA e que poderia ser construído com os atores envolvidos, levando-se em consideração as especificidades.</p>
<b>Encaminhamento E32.14</b>	<b>Encaminhamento E32.13: A Fundação Renova deverá enviar o material complementar (item 14) para a FUNAI.</b>
<b>Encaminhamento E32.15</b>	<b>Encaminhamento E32.14: Deverá ser agendada reunião entre Fundação Renova, FUNAI e DSEI para discussão técnica sobre o Projeto Conceitual.</b>
<b>Encaminhamento E32.16</b>	<b>5: A coordenação da CT deverá encaminhar para a Fundação Renova a NT nº35/2020 e após ocorrerá a reunião intercâmara.</b>
<b>Encaminhamento E32.17</b>	<b>A Fundação Renova deverá considerar e responder por sua área de saúde todas as solicitações feitas até o momento de ações na área de saúde. Para além do TTAC e estudos existem protocolos de saúde a serem seguidos pós desastre que não foram e nem estão sendo seguidos e considerando as especificidades dos direitos indígenas e da área de Direitos Humanos.</b>

<p><b>16. Informe sobre a Nota Técnica nº 035/2020/CT-IPCT/CIF - Elaboração de um programa de Monitoramento da Qualidade Ambiental das Terras Indígenas do Espírito Santo;</b></p>	<p>Andrei Duarte fez leitura pontual da NT, ressaltando que a Fundação Renova teve conhecimento do seu conteúdo.</p> <p>Vinicius Benites questionou qual seria o prazo para que a FR pudesse fazer a contestação. A representante da RAMBOLL disse que não havia prazo e que poderia ser feito um diálogo técnico, não necessariamente uma intercâmara, mas o importante era o entendimento que se fazia o monitoramento, pois ela apresentava diretrizes de todo o trabalho que a FR vinha realizando.</p>
<p><b>17. Atualização e eventuais encaminhamentos sobre os seguintes temas (a cargo da Funai, FR e representantes indígenas Tupiniquim e Guarani):</b></p> <p><b>i. Reuniões remotas sobre a etapa final de validação do ECI-Tupiniquim e Guarani;</b></p> <p><b>ii. Reunião remota de apresentação da cartilha - documento apartado da Fundação Renova;</b></p> <p><b>iii. Proposta de criação de “Fundo de apoio a pequenos projetos e iniciativas comunitárias independentes do PBA”;</b></p> <p><b>iv. Detalhamento do PBA e do processo de indenização Tupiniquim e Guarani;</b></p> <p><b>v. Reivindicação dos indígenas à FR de apoio a ações de saúde</b></p>	<p>Sobre os itens <b>i</b> e <b>ii</b>, Regina Ferreira fez uma contextualização técnica informando que foram realizadas reuniões técnicas para tratar sobre o documento apartado e revisitou alguns documentos sobre participação dos indígenas. Registrou que a Fundação Renova e Polifônicas informaram que foram realizadas reuniões para apresentação das coletas ambientais, mas que não identificou que houve apresentação do ECI definitivo que foi entregue no início em fevereiro de 2020. Ponderou que tinham a compreensão de que o processo de consulta não estava restrito a um só momento, entendendo que não houve reunião para apresentação desta etapa.</p> <p>Regina Ferreira disse que a FUNAI entendia que as manifestações por parte dos indígenas poderiam ocorrer a qualquer momento e reforçou a importância de que fosse feita uma consulta formal aos caciques quanto ao documento apartado da FR. Questionou à comissão de caciques quanto à participação da consulta para tratar do ECI e do documento apartado. Douglas Lemos informou que não houve manifestação e que seria respondido na segunda feira seguinte, após a reunião com os caciques.</p> <p><b>iii.</b> Vinicius Benites informou que a proposta de criação do Fundo de apoio a pequenos projetos e a iniciativas comunitárias do PBA teria como etapas: consulta, protocolo COVID, divulgação, elaboração, avaliação, contratação, execução e prestação de contas. Douglas Lemos questionou qual é a relação das propostas com a COVID, pois havia muita coisa que está relacionado com o PBA. Informou, ainda, que essas não vinham em decorrência da pandemia e que isso já havia sido informado a Comboios, mas que isso estaria no PBA e que o objetivo seria desenvolver essas ações com os indígenas.</p> <p>Gabriela Prado complementou informando que havia alguns passos e etapas a serem seguidos e que havia pleitos que já vinham sendo solicitados pelos indígenas. Considerou que o Fundo seria para apoiar às comunidades indígenas com ações pontuais.</p> <p>Douglas Lemos informou que a proposta chegou pronta e que os valores nunca foram discutidos e que tomaram decisão sobre o tema sem discutirem com as comunidades, e que os valores não contemplavam a realidade de uma comunidade de 650 famílias.</p> <p>Gabriela Prado informou que a proposta foi pontual baixa, mas que não estava associada ao PBA. Informou, ainda, que estava sendo bem desenvolvido e que poderia ocorrer outras propostas, e aquilo era o possível naquele momento de pandemia e que o valor não fazia parte do PBA.</p> <p>Nelson Pedroso informou que quando analisou o documento do ECI, viu que havia dois tipos de consensos o tipo “A e B” e de qual tipo que está sendo tratado. Gabriela Prado respondeu que seriam os dois tipos.</p> <p><b>iv.</b> Gabriela Prado informou que não havia como ter previsão do detalhamento do PBA.</p> <p><u>Douglas Lemos questionou como seria feito o detalhamento do ECI sem a Polifônicas e a posição dos indígenas era que a consultoria permanecesse até o final do estudo, pois poderia haver uma perda e que aguardava uma posição da FR.</u> Informou que iria discutir diretamente com a FR sobre as indenizações.</p> <p>Ricardo Burg informou que as próximas reuniões seriam diretas e voltadas à questão da indenização.</p> <p>Gabriela Prado informou que seria necessária a participação da área e responsável pela temática de indenização.</p>

	<p>Douglas Lemos informou que era responsabilidade da FR chamar a área para dialogar, que deveriam se organizar para trazer as pessoas que pudessem responder.</p> <p>Ricardo Burg informou que daria o andamento necessário: (i) detalhamento do dano que demonstrasse a indenização, (ii) e só teria como adentrar nessa análise à medida que se tivesse o entendimento das medidas que gerassem a indenização sendo que neste caso dependia da manifestação da FUNAI e dos subsídios da FGV para que se tivesse uma agenda mais propositiva.</p> <p>Nelson Pedroso informou que vinha trabalhando com os indígenas Tupiniquim e Guarani, mas que isso não era um fator de impedimento para a continuidade do trabalho da Renova.</p> <p>Hermes Brito informou que os prazos se deram pela FR e que em todo momento foi informado que fariam as reuniões e não fizeram sob a justificativa de que não conseguiriam realizá-las.</p> <p>Ricardo Burg destacou que seria necessário um documento formal com base técnica para que fosse levado para a área de indenização, destacando que aguardava uma posição da FUNAI para que se continuasse o trabalho.</p> <p>Registro que o item v foi tratado item 15.</p>
<b>Encaminhamento E32.18</b>	<b>A comissão de caciques deverá formalizar o pedido de permanência da Polifônicas para a FUNAI, Fundação Renova e CT-IPCT.</b>

No dia treze de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas e quinze minutos, a coordenadora, Lígia Moreira de Almeida agradeceu a presença de todos e declarou **encerrada a 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CTIPCT/CÍF**. Informo que a reunião foi gravada e consta em a memória de áudio e está disponível para consulta.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 11/11/2020, na 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT/CÍF**



**LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA**  
**Coordenadora da CT-IPCT**